

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 617.366 - MS (2014/0300409-5)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**REQUERENTE** : JOSUÉ DE LIMA ORTEGA  
**ADVOGADOS** : MARIO MARCONDES NASCIMENTO E OUTRO(S) - SC007701  
MURILO BARBOSA CESAR E OUTRO(S) - MS011750  
**REQUERIDO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADOS** : MURILO OLIVEIRA LEITAO E OUTRO(S) - DF017611  
LUIS FERNANDO BARBOSA PASQUINI E OUTRO(S) - MS013654  
**REQUERIDO** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

A fls. 511/516e, o requerente JOSUÉ DE LIMA ORTEGA alega que "não houve determinação até o presente momento de qualquer tipo de suspensão nacional ou parcial por parte do Ministro Relator Gilmar Mendes no recurso representativo do STF, não havendo, portanto, necessidade de suspensão até decisão em contrário" (fl. 512e).

Pugna, ao final, "a reconsideração da decisão, e o prosseguimento do recurso, com o julgamento imediato do mesmo, em razão das peculiaridades do caso concreto, bem como pelo fato do presente recurso da Seguradora esbarra nos requisitos formais de admissão, devendo ser fulminado de forma imediata" (fl. 515e).

De acordo com a orientação jurisprudencial firmada nesta Corte, "não se deve conhecer do recurso de agravo interno impugnando a decisão que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que observe a sistemática prevista nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, tendo em vista que o aludido sobrestamento não é capaz de gerar nenhum prejuízo às partes, motivo pelo qual é irrecorrível" (STJ, AgInt no REsp 1.663.877/SE, rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 04/09/2017).

Registre-se que, "podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte" (STJ, AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 28/6/2017).

Ademais, "tanto a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça quanto o Supremo Tribunal Federal vêm entendendo que nem a pendência da publicação nem a do trânsito em julgado de acórdão proferido sob a sistemática da repercussão geral impedem a imediata aplicação, pelos demais órgãos do Poder Judiciário, da tese firmada no *leading case*" (STJ, EDcl no Ag 937.717/AP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA

FONSECA, QUINTA TURMA, DJe de 01/08/2018).

Portanto, deve ser mantida a decisão de fls. 505/507e, na qual foi determinada a devolução dos autos ao Tribunal de origem até que seja concluído o julgamento do RE 827.996/DF.

Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 511/516e.

I.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**

Relatora

